

# PERIFERIAS E ESPAÇOS RURAIS

Comunicações do  
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCÍPIA

# Periferias e Espaços Rurais

## Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais

PRINCIPIA

principia@principia.pt · www.principia.pt

Principia Editora, Lda.

Av. Marques Leal, 21 · 2765-495 S. João do Estoril · Portugal  
Tel.: +351 214 678 710 · Fax: +351 214 678 719  
principia@principia.pt · www.principia.pt

  
PRINCIPIA  
EDITORA

<b>Título</b> <i>Periferias e Espaços Rurais</i> <i>– Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais</i>	<b>Código Cliente</b> 
<b>Autores</b> Vários	<b>Factura N.º</b> 
<b>Editora</b> PRINCIPIA	<b>Data</b> /   /
<b>ISBN</b> 978-972-8818-99-9	<b>Preço</b> €   ,
	<input type="checkbox"/> FIRME <input type="checkbox"/> SN <input type="checkbox"/> CONSIGNAÇÃO

**Título**

*Periferias e Espaços Rurais*

– *Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*

**Coordenadores**

Tomaz Dentinho

Orlando Rodrigues

**Edição e copyright**

Princípia, Estoril

1.<sup>a</sup> edição – Outubro de 2007

© Princípia Editora, Lda.

**Design da capa** Maia Moura Design • **Execução gráfica** Tipografia Peres

**ISBN** 978-972-8818-99-9 • **Depósito legal** 262486/07

---

**Princípia**

Av. Marques Leal, 21 – 2765-495 S. João do Estoril • Portugal

Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • [principia@principia.pt](mailto:principia@principia.pt) • [www.principia.pt](http://www.principia.pt)

Tomaz Dentinho  
Orlando Rodrigues

# Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao  
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

## Tema 3

# Os Actores e as Redes do Desenvolvimento Rural

Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues

Desenvolvimento rural envolve desenvolvimento das pessoas e dos sítios. As pessoas incluem os actores e as redes onde eles interagem. Os sítios subentendem o relacionamento com o exterior e com o território. Começando com o relacionamento com o exterior, percebemos que se consubstancia nos fluxos de pessoas, bens e serviços que vão aumentando ou delapidando o capital humano, material e ambiental do espaço rural. Quanto às relações com o território, sabemos que possibilitam a integração entre os vários tipos de capital que influenciam a capacidade de criação e de liberdade do espaço rural. E isso é desenvolvimento rural entendido aqui como o aumento da capacidade de criação e liberdade no espaço rural.

Ao longo destes 10 textos sobre actores e redes do desenvolvimento rural, a análise das relações com o exterior e com o território centram-se nas pessoas. As mulheres, as crianças e a educação (capítulos 12, 21 e 22), os idosos e dependentes da previdência social (capítulos 13 e 20), as redes sociais e as famílias (capítulos 14 e 18) e os imigrantes, quer sejam os profissionais técnicos (capítulos 15 e 19), quer sejam estrangeiros (capítulos 16 e 17).

São estes actores que filtram, acumulam, degradam ou recriam os fluxos que convergem, circulam e divergem do espaço rural. No entanto, os próprios actores também estão sujeitos ao seu ciclo de vida: o tempo em que recebem mais educação e o tempo em que ficam dependentes do Estado e da previdência social, o tempo em que têm mais capacidade para migrar e o tempo em que têm possibilidade de investir, o tempo em que a família se constitui e o tempo em que ela se desagrega e multiplica.

Nesta perspectiva, os capítulos podem ser lidos na procura dos pontos de encontro entre a evolução das famílias no seu território, juntamente com as influências

que o Estado e a Economia vão operando sobre elas. Por exemplo, com a possibilidade de pensionistas que se fixam no espaço rural e a provisão de serviços de educação e de saúde que se instalam e desinstalam; ou com a mudança de actividades agro-silvo-pastoris para actividades ligadas ao turismo e à gestão e à conservação da natureza; ou ainda com as próprias alterações na dinâmica das famílias.

Como dissemos, o desenvolvimento rural entendido na perspectiva dos seus actores e das redes onde se integram tem a ver com a forma como esses actores se relacionam com o exterior e com o território. Várias questões ficam em aberto: será que as mulheres, as crianças e os processos de educação a que estão sujeitos promovem o seu relacionamento com o exterior e com o território? Será que os dependentes da previdência social conseguem manter as relações com o território e ao mesmo tempo sustentar o relacionamento com o exterior? Qual a dinâmica das redes sociais e das famílias nas ligações externas e internas? Qual a capacidade de enraizamento e de manutenção das ligações com o exterior dos imigrantes no mundo rural, nacionais e estrangeiros?

### **Mulheres, crianças e processos de educação em meio rural**

A primeira questão acima explicitada trata de saber se os processos de educação a que estão sujeitas as mulheres e as crianças do meio rural promovem o seu relacionamento profícuo com o exterior e com o território.

O texto de Alberto Baptista e Artur Cristóvão (Capítulo 12) explica o papel crescente da mulher no mundo rural – quer pela emigração dos homens e o fortalecimento da mulher como empresária agrícola, quer pelo aparecimento de novas actividades ligadas ao turismo e à educação – e conclui que a formação orientada estritamente para o emprego apresenta fortes limitações e não responde às necessidades de muitas formandas. Uma conclusão semelhante é alcançada no texto de Maria Manuela Alves (Capítulo 21) resultante do inquérito que faz a populações rurais que foram sujeitas a acções de educação no âmbito do programa do rendimento mínimo. De acordo com a autora, as acções de educação implementadas assentam em concepções redutoras de desenvolvimento que não se adequam à racionalidade dos educandos.

A análise de Francisco Rodrigues de Sousa (Capítulo 22) complementa as abordagens anteriores. Por um lado, aborda a educação de crianças e conclui que a investigação em Portugal sobre educação em meio rural se preocupa mais com a forma como são difundidos os métodos e conteúdos propostos pelo Estado do que com os processos educativos no meio rural. Por outro lado, sugere que, em vez de

estudar populações rurais em ambiente educativo, é necessário perceber o sistema de educação aplicado a alunos mais urbanos ou mais rurais, de forma a identificar os factores de aprendizagem de uns e outros.

Em suma, e face à questão levantada acima, os textos constataam que a educação não promove o relacionamento profícuo entre os alunos e o território, embora tente estimular, aparentemente sem o êxito pretendido, o relacionamento dos alunos com as problemáticas de alfabetização, emprego e competitividade, que têm muito a ver com o relacionamento do mundo rural com o exterior.

Existem duas ópticas distintas de abordagem da efectividade do processo educativo: a óptica do indivíduo e a óptica social (BLUNDELL *et al.*, 2001). No primeiro caso, consideram-se apenas os custos e benefícios para o indivíduo e os resultados apontam normalmente para uma rentabilidade da ordem dos 8% sobre o capital investido (BEDO *et al.*, 2007). A segunda abordagem trata do retorno social (HARMON *et al.*, 2000), que é a perspectiva adoptada pelos três textos aqui introduzidos sobre processos educativos em espaços rurais. Se há efectividade individual do investimento em educação e não é tão clara a efectividade no desenvolvimento dos espaços rurais, então é porque os efeitos da educação se verificaram noutra local, para onde são transferidas as mais-valias da educação através da emigração dos estudantes dos espaços rurais para as cidades; e também porque existem entraves à utilização dos conteúdos educativos ministrados no desenvolvimento das ligações externas e com o território. Como refere Ida Terluin (2003), o desenvolvimento económico é devido à capacidade dos actores locais e a redes de ligações fortes internas e externas.

Os entraves à utilização dos conteúdos educativos no desenvolvimento de ligações externas e internas estão associados, por um lado, aos quadros de referência e valores dos educandos e, por outro lado, à formação das várias formas de capital ao nível local.

PALMER (1980) refere que os quadros de referência das mulheres se criam por factores que vão muito para além do seu envolvimento no trabalho e têm a ver com o emprego e a ocupação, com a satisfação das necessidades básicas e a participação nos processos de decisão, com temas populacionais e com as migrações rurais e urbanas. Reto Soliva (2007) explicita quatro narrativas diferentes no meio rural indiciadoras de quatro conjuntos diferentes de atitudes, interesses e valores ou, dito de outro modo, quatro quadros de referência distintos: 1) a narrativa da vida selvagem, que assume o declínio da economia rural e o avanço das terras abandonadas e da vida selvagem; 2) a narrativa modernista, que acredita no progresso tecnológico contínuo e no apoio externo; 3) a narrativa da subsistência, que aposta no agricultor autónomo capaz de produzir o seu próprio sustento; e 4) a narrativa do desenvolvi-

mento endógeno, que prefere a adaptação e a inovação tecnológica pelos agentes locais. É natural que apenas as atitudes, os valores e os interesses subjacentes à narrativa modernista sejam passíveis de complementar as acções educativas *top-down* que são usualmente implementadas no espaço rural português.

No que diz respeito à formação de várias formas de capital no espaço rural e à sua forte associação com o estabelecimento de redes internas e externas, vale a pena citar o trabalho de BEBBINGTON *et al.* (2006) onde se argumenta que a distribuição dos activos de capital e os processos de formação do governo e dos negócios têm um peso muito importante na dinâmica económica e do espaço rural. Mas a formação das redes internas e externas que influenciam o desenvolvimento rural e a integração dos processos educativos está fortemente associada às migrações. Curiosamente são as migrações os grandes factores de perturbação e dinamização do espaço rural, a ponto de STOCKDALE (2005) afirmar que as migrações são um pré-requisito para a regeneração das economias rurais.

### **Idosos e dependentes**

Neste ponto, a questão é saber se os dependentes da previdência social conseguem manter ao mesmo tempo as relações com o território e o relacionamento com o exterior.

António Fonseca, Constança Paúl, Ignacio Martín e João Amado apresentam uma análise da condição psicológica dos idosos na Aldeia do Bispo no Concelho do Sabugal (Capítulo 13) e os resultados não são muito animadores, pois, segundo os autores, a população está resignada à sua condição e apoia-se nas redes formais e informais de solidariedade social para manter uma qualidade de vida relativamente baixa. Na busca de uma resposta à pergunta acima explicitada, parece claro que os idosos conseguem manter as relações com o território e com o exterior apenas naquilo que respeita às redes de solidariedade e apoio social internas e externas.

Seita Coelho faz uma análise comparativa das dinâmicas socioculturais entre duas aldeias de uma mesma freguesia algarvia: Tôr e Querença (Capítulo 20) e, embora aborde vários aspectos desta dinâmica, é bem patente a dependência destes locais relativamente ao Estado-Providência. Também neste caso são poucas as relações com o território, não só porque esse mesmo território é propriedade de agentes exteriores ao espaço rural, mas também porque o sistema de apoio do Estado-Providência não tem nenhum factor territorializante.

Segundo estes dois textos, não parece haver muito a esperar em termos de desenvolvimento rural dos sistemas de apoio aos idosos no espaço rural. Trata-se, assim parece, de um mecanismo para atenuar os efeitos do despovoamento brusco criado pela perda de produtividade do espaço rural, mais do que de um sistema de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Uma visão um pouco diferente têm SCOTT *et al.* (2000), que se afastam da perspectiva de que o desenvolvimento rural sustentável tem de estar ligado ao sector agrícola e à competitividade das explorações, para abordarem com mais pormenor o desempenho das instituições formais e informais de solidariedade social ao nível rural que é, afinal de contas, o que preocupa as sociedades rurais mais envelhecidas. De facto, é essa abordagem que se tem adoptado em comunidades rurais afectadas por doenças como a malária em África (OPIYO *et al.*, 2007), onde o problema objecto de política e de participação é aquele que preocupa as populações rurais – a malária em África ou as mazelas associadas à velhice nas aldeias portuguesas – e não um qualquer modelo de desenvolvimento rural associado ao uso do solo que se quer implementar reconstruindo o desenvolvimento futuro com base em imagens do passado. Uma prova da abordagem desajustada de algumas políticas de desenvolvimento rural para comunidades envelhecidas é-nos dada pela África do Sul, onde a doação de terras agrícolas longe da residência de comunidades rurais fortemente dependentes do apoio público não promoveu a ocupação dessas terras e o desenvolvimento, sendo melhor doar terras junto das comunidades estabelecidas ou acesso a emprego remunerado (BRADSTOCK, 2006).

### **Famílias e redes sociais**

A terceira questão levantada acima tenta perscrutar a interacção entre as redes sociais e familiares nas ligações externas e internas do espaço rural. Há dois textos enquadráveis nesta problemática.

O texto de Artur Cristóvão e Timothy Koehnén analisa o Programa Nacional Rede Social criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que pretendia mobilizar um vasto conjunto de actores, a nível local, para a acção social de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social. A análise incide sobre duas redes sociais de municípios rurais de Trás-os-Montes, Macedo de Cavaleiros e Vinhais. Com base em inquéritos realizados aos agentes locais, os autores concluem que as concepções,

motivações, expectativas e avaliações são muito diversificadas, embora o diagnóstico do desempenho coincida com a indicação de falta de capacidade de planeamento e com a dificuldade de juntar meios humanos e financeiros. A interpretação dos autores é que o poder local está pouco mobilizado para fomentar as redes sociais que visam combater as situações de pobreza e exclusão.

O trabalho de Maria da Graça Madureira sobre a dinâmica das agriculturas familiares procura perceber como se articulam e podem ser explicadas as distintas estratégias familiares e como estas se relacionam com os ciclos de vida das famílias. A aplicação de um inquérito simplificado e de um inquérito estruturado, por entrevista, permitiu fundamentar as seguintes conclusões: o trabalho reforça a ideia de que a estratégia familiar – de emigrar e de retornar – depende da relação que tem com a terra, das ligações que foi estabelecendo com a educação dos filhos, das ligações com o trabalho não agrícola e do sistema de segurança social.

Tendo em atenção a questão levantada, parece claro que as redes sociais estimuladas directamente pela intervenção pública são difíceis de implementar e sustentar. Pelo contrário, as redes familiares têm estratégias de criação e manutenção cujos factores são fáceis de identificar, sendo que alguns desses factores são influenciáveis pelas acções do Estado como o emprego não agrícola, o apoio à educação, os direitos de propriedade da terra, a política agrícola e os sistemas de segurança social.

De notar que todos estes factores interagem entre si, tornando o sistema bastante mais complexo. O retorno de familiares aos locais de origem redefine de forma significativa esses mesmos locais (LAOIRE, 2007) em termos de emprego, educação, estatuto de propriedade, políticas e inserção no sistema de segurança social. Estas transformações influenciam a sustentabilidade das famílias nos sítios rurais, alterando a sua ligação à posse da terra e da propriedade (JOHNSON, 2004), alteração essa que também é estimulada pelos processos de heranças sucessivas (BURTON e WALFORD, 2005) e varia com diferentes dimensões familiares (VANHAUTE, 2004). Tudo isto com um esteio de marca social que demora a desaparecer, mesmo quando as famílias migram (MANFREDINI, 2003) e retornam.

### **Imigrantes no espaço rural**

Qual a capacidade de enraizamento e de manutenção das ligações com o exterior dos imigrantes no mundo rural, nacionais e estrangeiros? Enquadrados por esta pergunta, temos quatro textos.

No primeiro deste grupo de textos, Maria Antónia Pires de Almeida fala-nos dos novos desafios do espaço rural (Capítulo 15), reportando as alterações radicais do mundo rural do Alentejo provocadas pelo abandono da agricultura como actividade principal do espaço rural e pela sua substituição por outras actividades de apoio ao lazer. De acordo com a narrativa da autora, estes processos foram acelerados e mudados pela sequência temporal de intervenções políticas como a reforma e a contra-reforma agrária, a Política Agrícola Comum e as suas alterações, o melhoramento dos serviços de educação que afastaram os jovens do mundo rural e a melhoria das acessibilidades que aproximaram os urbanos desse mesmo mundo. Neste novo sistema, a ligação dos novos imigrantes sazonais às actividades rurais tradicionais é diminuta, mas aparecem e reforçam-se novas actividades ligadas ao lazer.

Num outro texto sobre imigrantes no mundo rural, Maria Dolores Llovera e Alcinda Cabral analisam a imigração marroquina associada à venda ambulante (Capítulo 16). De acordo com as autoras, o objectivo do imigrante é juntar a quantidade de dinheiro que considera suficiente para regressar ao seu país de origem e aí se estabelecer com um café, restaurante ou loja, na maior parte dos casos. Por isso adopta ligações de trabalho com o meio para onde migrou e relações internas com os da sua etnia que também imigraram. Desta observação conclui-se que a capacidade de enraizamento é muito condicionada, exactamente porque os objectivos das pessoas estão em manter as ligações com as regiões de onde vieram.

O trabalho de Maria Luísa Francisco é sobre eco-emigração na Serra de Monchique (Capítulo 17). O estudo baseia-se em entrevistas feitas a 10% dos 260 estrangeiros residentes no concelho de Monchique e constata que o processo de integração e assimilação da imigração ecológica não encontrou obstáculos significativos. Em suma, parece existir uma integração forte no território a ponto de esse território poder vir a ser alterado profundamente, ao mesmo tempo que se mantém uma ligação externa fortalecida pela atractividade turística da região.

O quarto trabalho, de José Francisco da Veiga (Capítulo 19), desenvolve a questão dos novos actores do desenvolvimento rural olhando para evolução do Alentejo ao longo da segunda metade do século XX. O trabalho do Capítulo 19 completa e complementa o texto apresentado no Capítulo 15, pois, enquanto que o deste último descreve a realidade e procura as causas que a influenciaram, o texto sobre os novos actores defende que o modelo de desenvolvimento rural a adoptar no Alentejo não pode ser um modelo apenas baseado na multifuncionalidade da agricultura, mas terá de ser um modelo integrado que inclua todas as actividades económicas, a agricultura, a indústria e os serviços. Ao fim e ao cabo, defende uma

integração dinâmica das pessoas no território e no exterior, uma vez que esse território apresenta alterações bastante rápidas e marcantes.

Uma busca de textos da literatura sobre imigrantes em espaço rural revela que os fenômenos de imigração para o espaço rural encontrados em Portugal também ocorrem noutros espaços rurais, levantando questões e indiciando respostas semelhantes. Tal como no Alentejo, também na Finlândia os jovens ligados ao espaço rural se preparam para estratégias de mobilidade no território, embora as mulheres tenham mais tendência a movimentar-se para os grandes centros do que os homens (TOIVO e RUSANEN, 2003). Um outro texto curioso, de Marcelo Borges (2003), reporta comportamentos na criação de elos internos dentro da comunidade de emigrantes portugueses na Argentina, que são semelhantes aos que se verificam com a comunidade marroquina imigrada em Portugal referidos por Maria Dolores Llovera e Alcinda Cabral no Capítulo 16. O que é reportado na análise de outros casos de forte imigração em espaços rurais é que as relações evoluem do conflito para a convergência (MEIJERING *et al.*, 2007), mudando também as imagens antigas de aldeias mineiras (HOGGART, 2007) ou de aldeias fortemente ligadas à agricultura de subsistência. Com esta grande mutação nas comunidades rurais causada pela imigração caem um pouco por terra as abordagens participativas de desenvolvimento quando os participantes estão em constante mudança. De acordo com BENEDIKT *et al.* (2006), mais vale olhar para as capacidades do território local para desenhar estratégias de desenvolvimento. Em suma, os sítios acabam por integrar as pessoas que neles optam por residir, e ao longo desse processo de integração dá-se uma redução das ligações externas dos imigrantes, o que implica um aumento das ligações internas.

### Referências bibliográficas

- BEBBINGTON, Anthony, DHARMAWAN, Leni, FAHMI, Erwin e GUGGENHEIM, Scott (2006), «Local Capacity, Village Governance, and the Political Economy of Rural Development in Indonesia», in *World Development*, Volume 34, Issue 11, Novembro de 2006, pp. 1958-1976.
- BEDO, David, VIEIRA, José C. e DENTINHO, Tomaz (2007), «A Rendibilidade da Educação: Aspectos Teóricos e Metodologias. Contextualização da Região Autónoma dos Açores», in *Actas do 13.º Congresso da APDR*, Angra do Heroísmo, 5-7 de Julho de 2007, APDR.
- BLUNDELL, R., DEARDEN, L. e SIANESI, B. (2001), «Estimating the Returns to Education: Models, Methods and Results», University College London e Institute for Fiscal Studies.

- BORGES, Marcelo J. (2003), «Network Migration, Marriage Patterns, and Adaptation in Rural Portugal and among Portuguese Immigrants in Argentina, 1870-1980», in *The History of the Family*, Volume 8, Issue 3, 2003, pp. 445-479.
- BRADSTOCK, Alastair (2006), «Land Reform and Livelihoods in South Africa's Northern Cape Province», in *Land Use Policy*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2006, pp. 247-259.
- BURTON, Rob J. F. e WALFORD, Nigel (2005), «Multiple Succession and Land Division on Family Farms in the South East of England: A Counterbalance to Agricultural Concentration?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 21, Issue 3, Julho de 2005, pp. 335-347.
- HARMON, C., OOSTERBEECK, H. e WALKER, I. (2000), «The Returns to Education. A Review of Evidence, Issues and Deficiencies in the Literature», Centre for the Economics of Education, London School of Economics and Political Science.
- HOGGART, Keith (2007), «The Diluted Working Classes of Rural England and Wales», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 305-317.
- KORF, Benedikt e OUGHTON, Elizabeth (2005), «Rethinking the European Countryside – Can We Learn from the South?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 22, Issue 3, Julho de 2006, pp. 278-289.
- LAOIRE, Caitríona Ní (2007), «The “Green Green Grass of Home”? Return Migration to Rural Ireland», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 332-344.
- JOHNSEN, Sarah (2004), «The Redefinition of Family Farming: Agricultural Restructuring and Farm Adjustment in Waihemo, New Zealand», in *Journal of Rural Studies*, Volume 20, Issue 4, Outubro de 2004, pp. 419-432.
- MANFREDINI, Matteo (2003), «Families in Motion: the Role and Characteristics of Household Migration in a 19th-Century Rural Italian Parish», *The History of the Family*, Volume 8, Issue 2, 2003, pp. 317-343.
- MEIJERING, Louise, VAN HOVEN, Bettina e HUIGEN, Paulus (2007), «Constructing Ruralities: The Case of the Hobbitstee», in *Netherlands Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 3, Julho de 2007, pp. 357-366.
- OPIYO, Pamela, MUKABANA, W. Richard, KICHE, Ibrahim, MATHENGE, Evan, KILLEEN, Gerry F. e FILLINGER, Ulrike (2007), «An Exploratory Study of Community Factors Relevant for Participatory Malaria Control on Rusinga Island, Western Kenya», in *Malaria Journal*, 2007, 6, 48.
- PALMER, I (1980), «Women in Rural Development. International Development Review», 22 (2-3), Janeiro de 1980, pp. 39-45.
- SCOTT, Kathryn, PARK, Julie e COCKLIN, Chris (2000), «From “Sustainable Rural Communities” to “Social Sustainability”: Giving Voice to Diversity in Mangakahia Valley, New Zealand», in *Journal of Rural Studies*, Volume 16, Issue 4, Outubro de 2000, pp. 433-446.
- SOLIVA, Reto (2007), «Landscape Stories: Using Ideal Type Narratives as a Heuristic Device in Rural Studies», in *Journal of Rural Studies*, Volume 23, Issue 1, Janeiro de 2007, pp. 62-74.
- STOCKDALE, Aileen (2005), «Migration: Pre-Requisite for Rural Economic Regeneration?», in *Journal of Rural Studies*, Volume 22, Issue 3, Julho de 2006, pp. 354-366.

- TERLUIN, Ida J. (2003), «Differences in Economic Development in Rural Regions of Advanced Countries: an Overview and Critical Analysis of Theories», in *Journal of Rural Studies*, Volume 19, Issue 3, Julho de 2003, pp. 327-344.
- TOIVO, Mui e RUSANEN, Jarmo (2003), «Rural Young People in Regional Development – the Case of Finland in 1970-2000», in *Journal of Rural Studies*, Volume 19, Issue 3, Julho de 2003, pp. 295-307.
- VANHAUTE, Eric (2004), «Structure and Strategy. Two Rural Communities in the Kempen Region of Belgium, 1850-1910», in *The History of the Family*, Volume 9, Issue 2, 2004, pp. 193-220.